Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023 – A Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. – em Recuperação Judicial (B3: RPMG3, "Refit" ou "Companhia") anuncia hoje os resultados referentes ao 4º trimestre de 2022 (4T22). As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em milhares de Reais, conforme a legislação societária e normas internacionais de Contabilidade – *IFRS* (*International Financial Reporting Standards*). Todas as comparações realizadas neste relatório da Administração levam em consideração o 4º trimestre de 2021 (4T21), exceto quando especificado ao contrário.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 foi marcado por extensa volatilidade e imprevisibilidade para as Companhias listadas na B3, devido tanto às circunstâncias do cenário político-econômico nacional quanto aos eventos externos que impactaram as projeções globais de crescimento e provocaram uma instabilidade na rota de recuperação que emergia pós-pandemia do Covid-19.

Assistimos a fatos que marcaram, significativamente, o ano de 2022 e proporcionaram, em maior ou menor grau, algum impacto nas projeções dos agentes econômicos, tais como:

- i) Eclosão, no Brasil, da variante ômicron do Covid-19, no início de 2022; e à implementação, na China, da Política de "Covid zero" que afetou, consideravelmente, as cadeias globais de fornecimento de insumos e alterou as estimativas de crescimento do PIB do país asiático, no acumulado de 2022, a uma alta de apenas 3%¹, tornando-se, dessa forma, um dos menores níveis do PIB já alcançados em quase meio século;
- ii) Deflagração do conflito russo-ucraniano o qual repercutiu com efeitos diversos, em escala global, sobre as perspectivas macroeconômicas projetadas, principalmente, quanto aos preços das principais commodities (petróleo, gás natural, insumos agrícolas) negociadas internacionalmente, o que fez com que a principal matéria-prima do core business da Companhia oscilasse abruptamente no decorrer de 2022;
- iii) Desencadeamento de uma crise energética, por consequência do conflito no Leste Europeu, que atingiu tanto as economias desenvolvidas quanto os países emergentes, inclusive o Brasil, a qual refletiu no encarecimento dos combustíveis e matérias-primas importadas utilizados na cadeia de transportes e na condução das atividades industriais. Com isso, os preços dos principais combustíveis no mercado interno oscilaram fortemente, atingindo os

¹ NBS: National Bureau of Statistics of China, publicado em 17/01/2023.

níveis recordes no decorrer do ano. A gasolina A, por exemplo, chegou a marca de R\$ 7,39/litro², na penúltima semana de junho. Mesmo diante do corte de impostos estaduais sobre energia e combustíveis, com vigência até o fim de 2022, o preço do principal combustível utilizado na malha logística, o diesel, fechou o ano de 2022 com preço superior em 23,1%² frente a igual período de 2021;

- iv) Por consequência direta da Política de "Covid zero" na China; a guerra russo-ucraniana; e a crise energética alçada a nível global, os países registraram elevados índices de inflação, quando comparado aos padrões históricos, o que fez que com que houvesse um consenso global, por parte dos Bancos Centrais, de adotarem uma política monetária mais restritiva refletida numa alta das taxas de juros como forma de conter o surto inflacionário e temores de que isso proporcionasse um cenário de recessão global atingindo a ainda tênue recuperação pós-pandemia. Apesar das medidas adotadas pelos Bancos Centrais, constata-se que a inflação terminou o ano de 2022 ainda em patamares elevados (EUA com 6,5%³, Zona do Euro com 9,2%⁴, e Brasil com 5,79%⁵), mantendo-se a projeção de estabilidade ou alta para 2023. No que compete à economia brasileira a projeção, em 2023, é que o IPCA acumule uma alta de 5,90%⁶, sendo o PIB estimado em 0,84%⁶;
- v) O cenário político nacional manteve-se no centro dos debates e dos holofotes no decorrer de 2022, pois constatou-se a prevalência de posições distintas no que compete à condução do cenário econômico por parte dos principais candidatos às eleições majoritárias. Mesmo após o desfecho da disputa eleitoral, observou-se que as expectativas do mercado quanto à condução da economia ainda não estão plenamente apaziguadas e, dessa forma, torna-se necessário aguardar por maiores desdobramentos a partir de 2023. No entanto, pode-se constatar que a indefinição política trazida pelo pleito eleitoral também influenciou, significativamente, a relação de paridade Dólar vs. Real no decorrer do ano, a moeda norte-americana oscilou abruptamente, mas terminou 2022 com desvalorização de 5,3%⁷, cotada a R\$ 5,2790.

Conforme demonstrado, observou-se reflexos significativos, no decorrer de 2022, à condução das atividades da Companhia diante da: i) disparada dos preços de energia e matérias-primas; ii) taxas de juros mais altas e com curva ascendente; iii) dólar apreciado; iv) desaceleração da economia global; e v) desconfiança com o cenário fiscal, no Brasil, pós-pleito eleitoral. Todos esses elementos trouxeram impactos na economia brasileira, que elevaram os custos de operação a níveis exorbitantes.

² ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

³ BLS: Bureau of Labor Statistics, publicado em 12/01/2023.

⁴ Eurostat: Escritório de estatísticas da União Europeia, publicado em 06/01/2023.

⁵ IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, publicado em 10/01/2023.

⁶ BACEN: Boletim Focus, publicado em 24/02/2023.

⁷ BACEN: Banco Central do Brasil, PTAX de 31/12/2021 e 31/12/2022.

A Administração da Refit é enfática ao afirmar que a Companhia teve a sua margem bruta e resultado líquido fortemente prejudicados por conta da política de preços que a Petrobras continuou a adotar no decorrer de 2022, a qual, como detentora do monopólio nacional dos combustíveis, determinou e praticou preços inferiores ao mercado internacional, desvinculando do alinhamento ao Preço de Paridade de Importação (PPI). Ressalta-se que ao término do 4T22, o preço médio do Diesel A S-10 nas refinarias brasileiras estava R\$ 0,26/litro⁸ abaixo da paridade de importação, já a Gasolina A estava com defasagem de R\$ 0,16/litro⁸. No entanto, quando se observa a média anual de 2022 a defasagem da Gasolina A permaneceu em R\$ 0,27/litro⁸ comparado a uma média de R\$ 0,17/litro⁸ de 2021, portanto, um aumento da defasagem média de 58,8%. Já o Diesel A S-10, para o ano de 2022, teve uma defasagem média de R\$ 0,37/litro⁸ ao passo que em 2021 esse valor alcançou R\$ 0,15/litro⁸, dessa forma, constata-se um agravamento da defasagem média de 146,7%.

Diante das instabilidades econômicas constatadas e do cenário de incerteza que se instaurou no decorrer de 2022, a Administração da Refit destaca que manteve, constantemente, os esforços para conter os impactos da escalada de preços no mercado internacional decorrentes, principalmente, do conflito Russo-Ucraniano e dos problemas ocasionados pelas cadeias globais de suprimentos advindas da China, dessa forma, a Companhia auferiu, no 4T22, uma Receita Líquida de R\$ 1.093,0 milhões, representando um crescimento substancial de 25,6% em relação ao período do 4T21. Quando se observa a Receita Líquida, no acumulado de 2022, é notório o aumento expressivo de 125,3% frente a 2021.

A Administração também ressalta que a Refit vem se mantendo atenta às necessidades de diversificação e aprimoramento do seu portfólio de produtos comercializados, pois entende que é imprescindível antecipar-se às exigências de seus clientes e surpreendê-los com constantes inovações as quais são resultados de investimentos em desenvolvimento, pesquisa e tecnologias. No decorrer de 2022, destaca-se: i) no 1T22, obteve-se a Recertificação ISO 9001:2015 pela *Bureau Veritas – BV*. A auditoria, realizada neste período, concedeu à Refit a recomendação para Recertificação para o escopo de: refino, processamento, armazenamento, movimentação e comercialização de derivados de petróleo, combustíveis e biocombustíveis. Tratou-se da renovação de uma Certificação que atestou que todos os processos internos, desde a chegada da matéria-prima até a entrega do produto final, obedecem aos padrões de qualidade exigidos pela referida norma com reconhecimento UKAS (Serviço de acreditação do Reino Unido) e INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia); ii) no 3T22, houve a Auditoria de SGSO (Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional) em atendimento à Resolução nº 05/2014 da ANP (Agência Nacional do Petróleo). O processo teve como objetivo verificar a implementação do SGSO na Refit, visando a segurança da operação; proteção da vida humana e meio ambiente.

⁸ ABICOM: Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis, publicado em 30/12/2022.

Observou-se um amadurecimento da Companhia no atendimento a todas as práticas de gestão ao longo destes 5 anos, avançando em melhoria contínua no processo industrial e de segurança operacional. Constatou-se, também, investimentos em melhorias tecnológicas da planta, reduzindo assim a probabilidade de ocorrência de incidentes no processo de produção; e iii) no 4T22, a Companhia iniciou junto ao INEA (Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro) o processo de renovação da Licença de Operação do Oleoduto que retornou às operações em 2019. O oleoduto é, atualmente, o principal modal de recebimento de matérias-primas da Companhia e essa renovação visa manter o volume de descarga operacional, bem como, reafirmar nosso compromisso de atendimento a legislação vigente para nossas operações.

No decorrer do 4T22, concluímos os testes e iniciamos a venda de mais um produto que passa a compor nossa linha de combustíveis, o Óleo Diesel A S-500, que é utilizado por pequenos e médios transportadores e indústrias de menor porte. Isto permitirá à Refit maior diversificação em suas vendas de combustível em complemento aos existentes. Essa diversificação permitiu à Refit auferir uma produção de 11,5 milhões de litros já no 4T22.

Ainda cientes das incertezas impostas no âmbito internacional pela evolução do conflito Russo-Ucraniano e pelo cenário de recessão global com vias a atenuar a escalada inflacionária, e no ambiente macroeconômico nacional, com as questões político-econômicas a serem tratadas no decorrer de 2023, a Administração enfatiza que age de maneira tempestiva e em consonância às normas estabelecidas por estados e municípios, para continuarmos desempenhando nosso papel como um dos principais produtores de combustíveis privados do Brasil sem interrupções ou desabastecimento aos nossos clientes, produzindo um combustível de qualidade a um preço justo.

DESTAQUES DE 2022

Receita Operacional Líquida com crescimento de 25,6%; produção e vendas de Diesel A-S10 crescem, respectivamente, 215,2% e 293,9%.



DADOS OPERACIONAIS

Consolidado - mil litro	4T22	4T21	Var. %	3T22	Var. %	2022	2021	Var. %
Produção Gasolina A	226.497	190.154	19,1%	252.193	-10,2%	844.156	618.107	36,6%
Vendas Gasolina A	225.971	190.534	18,6%	255.023	-11,4%	842.855	617.619	36,5%
Produção Diesel A S-10	146.381	46.436	215,2%	104.296	40,4%	393.877	63.137	523,8%
Vendas Diesel A S-10	177.537	45.073	293,9%	97.096	82,8%	414.226	64.585	541,4%
Produção Diesel A S-500*	11.586	-	-	-	-	11.586	-	-
Vendas Diesel A S-500*	10.673	-	-	-	-	10.673	-	-
Produção Diesel Marítimo (DMA)	10.850	4.063	167,0%	3.034	257,6%	18.023	10.077	78,9%
Vendas Diesel Marítimo (DMA)	6.990	4.063	72,0%	610	1.045,9%	8.362	10.077	-17,0%

^{*}a partir do 4T22

A produção de Gasolina A para o 4T22 alcançou 226,4 milhões de litros, um aumento de 19,1% frente ao 4T21, já em relação ao trimestre anterior, 3T22, houve uma queda de 10,2% quando a produção atingiu 252,1 milhões de litros.

As vendas, por sua vez, totalizaram 225,9 milhões de litros no 4T22, um aumento de 18,6% se comparado ao 4T21; e queda de 11,4% se comparado ao 3T22 quando as vendas alcançaram 255,0 milhões de litros. Cabe destacar que os aumentos, tanto na produção quanto nas vendas de Gasolina A, quando comparado o ano de 2022 frente ao ano de 2021, refletem, principalmente: i) o aumento da demanda no mercado nacional por conta do avanço da vacinação contra o Covid-19, a partir de 2021, que proporcionou uma retomada mais intensa das atividades econômicas, dessa forma, o consumo doméstico, em 2022, tornou-se mais robusto e significativo dado o carregamento estatístico proveniente do ano de 2021; ii) melhora do cenário macroeconômico nacional com queda da taxa de desemprego a um nível de 9,3%, e reajuste no valor de programas de assistência social que impulsionaram a recuperação do rendimento da população economicamente ativa; iii) promulgação da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, a qual diminuiu a carga tributária, na esfera estadual, sobre os combustíveis e energia, com vigência até o fim de 2022; e

⁹ IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, publicada em 28/02/2023.

iv) devido ao aperto monetário nas economias globais para conter a escalada inflacionária e ao cenário de possível recessão global, isso fez com que a cotação do barril do petróleo tenha se afastado das máximas desde o início do conflito Russo-Ucraniano o que beneficiou as economias dependentes da importação de combustíveis.

Para o Diesel A S-10, observa-se um aumento da produção de 215,2% frente ao 4T21, com um total de 146,3 milhões de litros frente aos 46,4 milhões de litros do 4T21. Em comparação ao 3T22, houve um aumento de 40,4% quando se teve uma produção de 104,2 milhões de litros. As vendas finalizaram o 4T22 com 177,5 milhões de litros comercializados, 293,9% maior que os 45,0 milhões de litros do 4T21. O comportamento positivo do Diesel A S-10 mantém uma correlação bastante elevada com a atividade econômica a qual tem demonstrado expansão, em 2022, com o aumento do PIB a um nível de 2,9% 10, pois é um combustível fundamental na produção e escoamento dos produtos, realizados majoritariamente por caminhões; tal desempenho é, também, explicado por: i) maiores demandas de setores produtivos, principalmente, ao agronegócio, em decorrência da dinâmica favorável das exportações de *commodities* as quais encerraram o ano de 2022 com uma elevação de 32% 11 frente a 2021; e ii) o fluxo de veículos leves e pesados nas rodovias com pedágio teve expansão de 6,3% 12, no acumulado de 2022, favorecido pela produção industrial e, também, pela diminuição das pressões inflacionárias, incluindo os preços dos combustíveis que favoreceram o poder de consumo das famílias.

Quanto ao Diesel Marítimo (DMA), a Refit produziu, no 4T22, 10,8 milhões de litros e vendeu 6,9 milhões de litros, mantendo o excedente em estoque.

DADOS FINANCEIROS

Consolidado - R\$ mil	4T22	4T21	Var. %	3T22	Var. %	2022	2021	Var. %
Receita Líquida	1.093.003	870.121	25,6%	1.591.875	-31,3%	4.981.609	2.211.159	125,3%
Custo dos produtos e serviços vendidos	(1.307.777)	(1.018.695)	28,4%	(1.907.125)	-31,4%	(5.613.308)	(2.272.538)	147,0%
Resultado Bruto	(214.774)	(148.574)	44,6%	(315.250)	-31,9%	(631.699)	(61.379)	929,2%

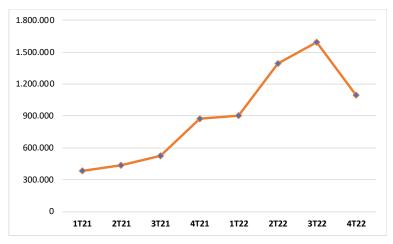
A receita operacional líquida mostrou ótimo desempenho no 4T22, encerrando o trimestre em R\$ 1.093,0 milhões, aumento de 25,6% versus os R\$ 870,1 milhões do 4T21, porém com recuo de 31,3% se comparado ao R\$ 1.591,8 milhões do 3T22. No trimestre, a Gasolina A teve participação de 25,3% da receita bruta, seguido do Diesel A S-10 com 67,5%; e 7,2% para os demais produtos, incluindo o Diesel Marítimo e Diesel A S-500.

¹⁰ IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, publicado em 02/03/2023.

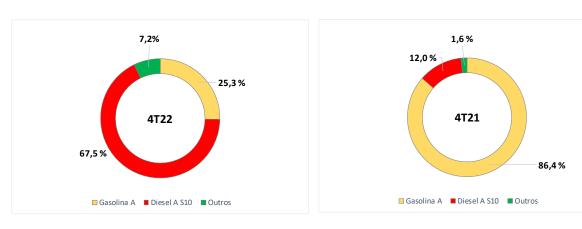
¹¹ SCRI: Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, publicado em 17/01/2023.

¹² ABCR: Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, publicado em 10/01/2023.

Evolução da Receita Líquida - Consolidado (R\$ - mil)



Participação dos produtos na composição da Receita Bruta (4T22 vs. 4T21)



Os custos dos produtos e serviços vendidos, no 4T22, somaram R\$ 1.307,7 milhões, aumento de 28,4% versus os R\$ 1.018,6 milhões do 4T21, e uma diminuição de 31,4% comparado aos R\$ 1.907,1 milhões do 3T22.

Desta forma, o resultado bruto para o trimestre foi negativo em R\$ 214,7 milhões, representando uma melhora de 31,9% quando comparado ao 3T22, negativo em R\$ 315,2 milhões. Tal desempenho justifica-se por: i) apesar do arrefecimento dos impactos da pandemia do Covid-19, pode-se constatar maiores patamares de preço, a partir da deflagração do conflito Russo-Ucraniano, o qual refletiu em sucessivas altas no mercado externo quanto ao preço do barril de petróleo e aquisição de matérias-primas; e no mercado interno por conta da pressão de custos com o avanço da inflação. Constata-se que, após as medidas políticas de arrefecimento da inflação implementadas no 2º semestre de 2022, ao se observar o custo dos produtos e serviços vendidos do 4T22; a diminuição, se comparado ao 3T22, é na órbita de 31,4% e ii) além de ter ocorrido uma desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar, comparado com o término do 3T22, em torno

de 2,1%¹³, os preços médios de importação para *commodities* e não *commodities*, refletidos no mercado em geral durante o ano de 2022, subiram em torno de 21%¹⁴. Ressalta-se que o conflito no Leste Europeu tende a impactar o reestabelecimento a patamares de preços anteriores para os insumos importados adquiridos, pois o preço do petróleo continuará sendo afetado pelas questões geopolíticas, bem como a crise energética presente na União Europeia e ao relaxamento da Política de "Covid Zero", na China, tendem a pressionar a demanda pelo barril do petróleo e a causar efeitos sobre o crescimento econômico.

Face ao aumento expressivo observado na produção de Diesel A S-10, em comparação tanto com o 4T21 quanto ao 3T22, fez com que a Refit contratasse serviços de parceiros logísticos para transporte e armazenamento dos combustíveis produzidos. Vale destacar que, no decorrer de 2022, a ANTT (Agência Nacional dos Transportes Terrestres) realizou sucessivos reajustes no valor do frete mínimo para transporte rodoviário de carga em contraposição aos aumentos expressivos dos combustíveis, principalmente, no decorrer do 1S22. Dessa forma, a rubrica fretes e carretos encerrou o acumulado de 2022 em R\$ 27,2 milhões, um aumento de R\$ 15,9 milhões se comparado aos R\$ 11,3 milhões gastos no decorrer de 2021 e, consequentemente, a rubrica serviços de armazenagem, também, encerrou o ano com uma elevação de R\$ 10,4 milhões, totalizando R\$ 25,8 milhões, ante os R\$ 15,3 milhões registrados em 2021.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Refit são negociadas no segmento Básico da B3 sob o *ticker* **RPMG3**. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia teve presença em 100% dos pregões e acumulou uma queda de 39,3% no ano de 2022. No encerramento do trimestre os papéis estavam cotados a R\$ 1,70/ação, representando um valor de mercado equivalente a R\$ 115,0 milhões.

PARCERIAS

A Refit, desde março de 2022, é a primeira e única patrocinadora do Parque Bondinho Pão de Açúcar, que possui 110 anos de história e é internacionalmente conhecido por sua vista panorâmica, considerada uma das paisagens mais bonitas do mundo. A Companhia também é patrocinadora oficial do Cristo Redentor, eleito uma das sete maravilhas do mundo moderno e considerado o ponto turístico mais importante do Brasil. Para a Refit é motivo de orgulho ser apoiadora do patrimônio histórico.

¹³ BACEN: Banco Central do Brasil, PTAX de 30/09/2022 e 31/12/2022.

¹⁴ Ibre-FGV: Instituto Brasileiro de Economia da FGV. Indicador de Comércio Exterior (Icomex), publicado em 16/01/2023.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Refit mantém o compromisso com o desenvolvimento de ações de responsabilidade social voltadas para formação de cidadãos. Com o apoio oficial da maior organização de MMA (*Mixed Martial Arts*) do mundo, o UFC (*Ultimate Fighting Championship*), a companhia é mantenedora do projeto Usina de Campeões que, por meio de artes marciais, apoia cerca de 250 crianças e jovens que vivem no entorno das instalações da refinaria. Desde sua criação, a iniciativa já beneficiou mais de 15 mil famílias.

SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

A Refit apresentou, no ano de 2022, indicadores importantes na agenda relacionada aos temas ESG (Environmental, Social and Governance), desenvolvendo ações internas que são controladas por seu Sistema de Gestão, podendo ser classificadas como: i) uso racional dos recursos naturais e eficiência energética; ii) redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE); iii) monitoramento da qualidade do ar; iv) educação ambiental; e v) tratamento adequado dos resíduos sólidos e redução dos desperdícios. Dentre essas ações podemos destacar: a) redução em cerca de 2,3% e 0,3% dos indicadores de consumo d'água e energia elétrica, respectivamente. Esses resultados foram viabilizados por meio do combate aos desperdícios, melhores práticas operacionais e uso de equipamentos mais ecoeficientes; b) elaboração do Plano de Mitigação de Emissões de GEE para os próximos 4 (quatro) anos; c) monitoramento das emissões atmosféricas provenientes de suas fontes estacionárias e o monitoramento de sua frota de veículos com envio de dados em tempo real para a Central de Dados do INEA (órgão ambiental do Estado do Rio de Janeiro); d) promoção de campanhas ambientais como a "Semana do Meio Ambiente"; plantio de árvores; e Projeto "Copo Zero" como forma de conscientização dos colaboradores reforçando os compromissos que a Companhia tem com o meio ambiente; e e) a Companhia manteve o foco na busca de melhores tecnologias de tratamento e destinação final dos resíduos, priorizando a reversão de receita, quando possível. Neste mesmo sentido, conseguiu destinar 100% de seus resíduos orgânicos, provenientes do refeitório, para a compostagem, e reduziu em 3% sua contribuição de resíduos em aterros sanitários e aumentou a performance de sua coleta seletiva em 17% quando comparados os dados de 2022 e 2021. Estes resultados contribuíram para que 72% dos resíduos gerados pela Refit recebessem destinações sustentáveis, tais como compostagem, reciclagem e reutilização como fontes de energia.

<u>DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E</u> RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório dos auditores independentes, emitido, em 20 de julho de 2023 e com as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO

Diretor-Presidente

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DE MENEZES

Diretor de Relações com Investidores

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. (Em recuperação judicial)

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas Com relatório de revisão dos auditores independentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em recuperação judicial)

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Demonstrações financeiras	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e	
consolidadas	13



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores, Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. Em Recuperação Judicial Rio de Janeiro – RI

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. em recuperação judicial ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A., em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2022 os montantes de R\$ 8.286.211mil e R\$8.286.582mil respectivamente, referentes a obrigações tributárias na esfera Estadual que se encontram pendentes de pagamento e atualização monetária em decorrência do processo de negociação juntos aos Estados. Como consequência, não foi possível nas circunstâncias concluir quanto aos possíveis impactos nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

<u> Ênfase - Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou déficit de R\$ 935.854mil. Naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$4.242.752mil e R\$4.246.159mil na controladora e consolidado, respectivamente, demonstrando passivo a descoberto em R\$4.490.008mil e endividamento total em R\$13.471.531mil. A Administração da Companhia vem implementando ações para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial, bem como da necessária geração de caixa para funcionamento das respectivas atividades. A continuidade das atividades da Companhia e suas controladas dependerá do sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, suas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na continuidade normal de suas atividades, e não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação de ativos ou aos valores e à classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuar em atividade operacional.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e Ênfase-Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional, determinamos que os assuntos descritos abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores, Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. Em Recuperação Judicial Rio de Janeiro – RJ

Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis (demonstrações financeiras individuais e consolidadas)



Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a Companhia e suas controladas são parte em diversas contingências fiscais, trabalhistas e cíveis originadas no curso normal de seus negócios. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia e suas controladas e de seus assessores jurídicos. Devido a esse fato e a complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Obtivemos a lista de consultores legais internos e externos que representam a Companhia nos processos judiciais e administrativos, e nas posições fiscais tomadas pela Companhia e analisamos a documentação e as respostas às cartas de confirmação, contendo informação sobre os montantes envolvidos e avaliação de risco de perda. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas na nota explicativa nº 13. Com base no resultado desses procedimentos, julgamos aceitáveis os critérios adotados pela Administração.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 -Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores, Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. Em Recuperação Judicial Rio de Janeiro – RJ

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores, Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. Em Recuperação Judicial Rio de Janeiro – RJ

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os



requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2023.

INFORCONT AUDITORES INDEPENDENTES

CRC RJ-005552/O

José Luiz Pereira Alves

CRC RJ 075.091/O-5

(Em recuperação judicial)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	Contro	ladora	Conso	lidado		Notas	Control	adora	Consol	idado
	explicativas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		explicativas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.010	13	1.011	13	Fornecedores	11	262.802	38.385	264.914	40.399
Contas a receber	5	540.420	1.521.672	539.748	1.521.201	Obrigações tributárias	12	8.636.094	6.993.647	8.645.895	7.002.861
Estoques	6	520.775	66.894	521.470	68.155	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	9.137	7.669	9.414	7.950
Adiantamento a fornecedores	7	1.837.074	1.779.934	1.837.299	1.779.983	Adiantamento de clientes	-	2.906	-	2.906	-
Partes relacionadas	8.1	1.610.017	432.655	1.617.449	441.588	Outras contas a pagar	-	7.598	40.554	8.160	41.116
Impostos a recuperar	-	135.536	85.958	136.554	86.832						
Outros ativos	-	30.953	24.288	31.599	24.783						
Total do ativo circulante		4.675.785	3.911.414	4.685.130	3.922.555	Total do passivo circulante		8.918.537	7.080.255	8.931.289	7.092.326
Não circulante						Não circulante					
Depósitos judiciais	13.3	14.267	8.030	14.538	8.302	Arrendamentos a pagar	-	500	389	500	389
Partes relacionadas	8.1	8.237	8.436	-	-	Fornecedores	11	1.381	1.842	18.807	19.762
Imobilizado	10	319.633	247.639	330.112	258.031	Obrigações tributárias	12	281.986	330.384	284.870	339.625
Intangível	-	15.023	7.882	15.024	7.884	Provisões para demandas administrativas e judiciais	13.1	207.644	206.167	301.010	300.390
-						Provisão para passivo a descoberto de investidas	9	112.905	118.518	-	-
Total do ativo não circulante		357.160	271.987	359.674	274.217	Total do passivo não circulante		604.416	657.300	605.187	660.166
						Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
						Capital social	15.1	208.714	208.714	208.714	208.714
						Reservas de capital	15.2	19.752	19.752	19.752	19.752
						Ajuste de avaliação patrimonial	15.3	18.604	28.825	18.604	28.825
						Prejuízos acumulados	-	(4.736.854)	(3.811.221)	(4.736.854)	(3.811.221)
						(-) Ações em tesouraria	15.4	(224)	(224)	(224)	(224)
						Patrimônio líquido (passivo a descoberto) - controladores		(4.490.008)	(3.554.154)	(4.490.008)	(3.554.154)
						Participação de não controladores		-	-	(1.664)	(1.566)
						Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(4.490.008)	(3.554.154)	(4.491.672)	(3.555.720)
Total do ativo		5.032.945	4.183.401	5.044.804	4.196.772	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		5.032.945	4.183.401	5.044.804	4.196.772

(Em recuperação judicial)

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	Control	adora	Consol	idado
	explicativas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	16	4.609.130	2.206.106	4.981.609	2.211.159
Custos dos produtos e serviços vendidos	17	(5.245.897)	(2.267.840)	(5.613.308)	(2.272.538)
Resultado bruto		(636.767)	(61.734)	(631.699)	(61.379)
Receitas/(despesas) operacionais:					
Gerais e administrativas	17	(322.751)	(308.880)	(338.543)	(319.481)
Remuneração da administração	18	(1.468)	(1.319)	(1.775)	(1.620)
Equivalência patrimonial	9.1	(11.660)	(11.082)	-	-
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	19	3.534	90.614	6.415	93.524
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro		(969.112)	(292.401)	(965.602)	(288.956)
Resultado financeiro, líquido					
Receitas financeiras	20	104.193	1.977	104.201	64
Despesas financeiras	20	(70.935)	(71.332)	(74.551)	(72.956)
		33.258	(69.355)	29.650	(72.892)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(935.854)	(361.756)	(935.952)	(361.848)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	14	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-	-
Resultado líquido antes da participação de não controladores		(935.854)	(361.756)	(935.952)	(361.848)
Participação de não controladores	-			98	92
Prejuízo do exercício				(935.854)	(361.756)
Prejuízo por ação					
Prejuízo básico por ação - R\$	23	(13,83)	(5,34)		
Prejuízo diluído por ação - R\$	23	(13,83)	(5,34)		
As notes cynlicatives and nexts integrants des demonstre	dividuais a constitut	loo.			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, inc	uividuais e consolidad	ia5.			

(Em recuperação judicial)

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	Control	adora	Consolidado	
	explicativas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício		(935.854)	(361.756)	(935.953)	(361.848)
Outros resultados abrangentes		10.221	10.221	10.221	10.221
Resultado abrangente do exercício Atribuído a acionistas da empresa Controladora Atribuído a acionistas não controladores		(925.633)	(351.535)	(925.732) (925.634) (98)	(351.627) (351.535) (92)

(Em recuperação judicial)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Doação	Incentivos fiscais	Reservas de capital Reserva especial - Lei nº 8.200	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	208.714	6	14.821	4.925	(3.459.686)	39.046	(224)	(3.192.398)	(1.474)	(3.193.872)
Prejuízo do exercício Realização do custo atribuído do imobilizado (nota 15.3)	-	- -	-	-	(361.756) 10.221	- (10.221)	- -	(361.756) -	(92) -	(361.848)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	208.714	6	14.821	4.925	(3.811.221)	28.825	(224)	(3.554.154)	(1.566)	(3.555.720)
Prejuízo do exercício Realização do custo atribuído do imobilizado (nota 15.3)	-	- -	-	-	(935.854) 10.221	- (10.221)	- -	(935.854)	(98) -	(935.952)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	208.714	6	14.821	4.925	(4.736.854)	18.604	(224)	(4.490.008)	(1.664)	(4.491.672)

(Em recuperação judicial)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Das atividades operacionais				_	
Prejuízo do exercício	(935.854)	(361.756)	(935.952)	(361.848)	
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa					
e equivalentes de caixas gerado pelas atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	11.660	11.082	-	-	
Depreciações e amortizações	4.459	3.716	4.727	3.905	
Provisão para demandandas administrativas e judiciais	1.477	-	620	-	
	(918.258)	(346.958)	(930.605)	(357.943)	
(Aumento)/Redução nos ativos operacionais					
Contas a receber	981.252	37.004	981.453	37.248	
Estoques	(453.881)	81.075	(453.315)	81.576	
Impostos a recuperar	(49.578)	(56.172)	(49.722)	(56.860)	
Adiantamento a fornecedores	(57.140)	(743.472)	(57.316)	(743.190)	
Outras contas a receber - partes relacionadas	(1.177.362)	(234.175)	(1.175.861)	(242.355)	
Depósitos judiciais	(6.237)	(2.115)	(6.236)	(2.109)	
Outros ativos	(6.665)	(27.855)	(6.816)	140	
Partes relacionadas	199	-	-	-	
	(769.412)	(945.710)	(767.813)	(925.550)	
Aumento/(Redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores	223.956	(38.001)	223.560	(39.077)	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.468	1.524	1.464	` 1.275 [°]	
Obrigações tributárias	1.594.049	1.343.900	1.588.279	1.337.555	
Adiantamento de clientes	2.906	-	2.906	-	
Outras contas a pagar	(50.229)	25.375	(32.956)	24.451	
	1.772.150	1.332.798	1.783.253	1.324.204	
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u> </u>	-	<u> </u>	-	
Caixa líquido das atividades operacionais	84.480	40.130	84.835	40.711	
Das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado	(75.621)	(39.947)	(75.975)	(40.528)	
Aquisição de ativo intengível	(7.862)	(179)	(7.960)	(271)	
		<u>`</u>		<u> </u>	
Caixa líquido das atividades de investimentos	(83.483)	(40.126)	(83.935)	(40.799)	
Das atividades de financiamentos					
Participação de não controladores	-	-	98	92	
Caixa líquido das atividades de financiamento	-	-	98	92	
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	997	4	998	4	
·					
Caixa e equivalentes de caixa:		-		-	
No início do exercício	13	9	13	9	
No final do exercício	1.010	13	1.011	13	
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	997	4	998	4	

(Em recuperação judicial)

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Receitas					
Receita bruta de vendas e serviços	6.761.154	4.608.893	6.772.042	4.615.489	
Outras receitas e despesas operacionais	3.534	90.614	6.415	93.524	
	6.764.688	4.699.507	6.778.457	4.709.013	
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos e serviços vendidos	(5.245.897)	(2.267.840)	(5.613.308)	(2.272.538)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(228.674)	(233.638)	(240.799)	(241.355)	
	(5.474.571)	(2.501.478)	(5.854.107)	(2.513.893)	
Valor adicionado bruto	1.290.117	2.198.029	924.350	2.195.120	
Retenções					
Depreciações e amortizações	(4.459)	(3.716)	(4.727)	(3.905)	
	(4.459)	(3.716)	(4.727)	(3.905)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.285.658	2.194.313	919.623	2.191.215	
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	(11.660)	(11.082)	-	_	
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	104.193	1.977	104.201	64	
·	92.533	(9.105)	104.201	64	
Valor adicionado a distribuir	1.378.191	2.185.208	1.023.824	2.191.279	
Distribuis ão do valor adisionedo					
Distribuição do valor adicionado Pessoal					
Remuneração direta	60.493	48.461	62.938	50.463	
Benefícios	19.478	16.345	20.423	17.127	
FGTS	4.751	3.657	4.939	3.780	
Outros	1.882	903	1.987	986	
	86.604	69.366	90.287	72.356	
Impostos, taxas e contribuições					
Federal	327.523	575.634	284.701	575.729	
Estadual	1.823.120	1.826.396	1.504.351	1.827.843	
Municipal	1.381	755	1.381	755	
	2.152.024	2.402.785	1.790.433	2.404.327	
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros e variações cambiais	70.675	71.244	74.034	72.676	
Descontos concedidos	-	-	235	177	
Aluguéis	4.561 181	3.508 61	4.588 199	3.518 73	
Despesas bancárias	75.417	74.813	79.056	76.444	
Remuneração de capitais próprios		74.013	79.030	70.444	
Prejuízo do exercício	(935.854)	(361.756)	(935.952)	(361.848)	
	(935.854)	(361.756)	(935.952)	(361.848)	
Valor adicionado total distribuido	1.378.191	2.185.208	1.023.824	2.191.279	
					

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. ("Companhia") - em recuperação judicial, com sede na Avenida Brasil, 3.141, no município e Estado do Rio de Janeiro, tendo suas ações negociadas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o ticker RPMG3. A Companhia é controlada pela XOROQUE Participações S.A., companhia de capital fechado.

A Companhia tem por objeto social: (i) exploração, no Estado do Rio de Janeiro, de uma refinaria de petróleos e de outras indústrias conexas ou independentes, desde que não obstadas por ato do Governo Federal; (ii) importação de petróleos crus, venda de derivados de petróleos no país e sua exportação, quando autorizada; (iii) prestação de serviços relacionados com a atividade de refino; e (iv) armazém geral.

A Companhia possui participação societária nas seguintes investidas controladas:

		Participação direta no capita		
Investidas		31/12/2022	31/12/2021	
Manguinhos Distribuidora S.A.	- em recuperação judicial (a)	99,04%	99,04%	
Manguinhos Química S.A en	<mark>n recu</mark> peração judicial (b)	100,00%	100,00%	
Gasdiesel Distribuidora de Pet	róleo Ltda. <mark>- em recuperação judicial (c)</mark>	1,00%	1,00%	

- (a) Manguinhos Distribuidora S.A. em recuperação judicial sociedade anônima com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com objeto social preponderante a distribuição de combustíveis em geral (derivados do petróleo), a comercialização, envasilhamento e transporte desses produtos. A Manguinhos Distribuidora S.A. em recuperação judicial, possui participação de 99% no capital social da Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. em recuperação judicial (participação indireta da Companhia);
- (b) Manguinhos Química S.A. em recuperação judicial sociedade anônima com sede na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, com objeto social preponderante a industrialização e comércio de derivados de petróleo e formulação e comercialização de outros produtos químicos. A investida encontra-se com suas atividades operacionais paralisadas;
- (c) Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. em recuperação jud<mark>icial s</mark>ociedade limitada com sede na cidade de Araucária, no Estado do Paraná, com objeto social preponderante o comércio atacadista e transporte rodoviário de derivados de petróleo e de outros combustíveis. A investida encontra-se com suas atividades operacionais paralisadas.

A Companhia desenvolve seus negócios dentro do contexto de grupo empresarial, utilizando-se de ou fornecendo para a estrutura de empresas ligadas, às atividades de gestão, operação e administração dos negócios.

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional -- Continuação

1.1. Recuperação judicial

Em 15 de maio de 2015, a Companhia em vista da situação financeira desfavorável no qual se encontrava, prejuízos acumulados, obrigações tributárias em atraso e alto índice de endividamento, ajuizou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial perante o Juízo da 5ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo da Recuperação" - Processo nº 0220184-63.2015.8.19.0001), em conjunto com as suas controladas Manguinhos Distribuidora S.A. - em recuperação judicial, Manguinhos Química S.A. - em recuperação judicial e Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. - em recuperação judicial, nos termos dos artigos 51 e 52 da Lei no 11.101/05. Em 16 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas tiveram seu Plano de Recuperação Judicial aprovado em assembleia de credores e homologado pelo Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca e Estado do Rio de Janeiro em 07 de julho de 2017 (publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro em 17 de julho de 2017).

A Administração da Companhia, por intermédio de seus assessores jurídicos, vem trabalhando na reparação das perdas e possíveis prejuízos ocasionados, através da Ação Indenizatória nº 0420150- 07.2015.8.19.0001 - 2ª Vara de Fazenda Pública.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as inform<mark>ações re</mark>levantes <mark>próprias</mark> das dem<mark>onstraçõe</mark>s financeiras, <mark>e some</mark>nte elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àque<mark>las utiliz</mark>adas pela Administração na sua g<mark>estão.</mark>

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requer em maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na Nota 3.1.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 28 de julho de 2023, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A legislação societária brasileira exige para as Companhias Abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e sua divulgação como parte integrante das informações trimestrais. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Resolução CVM 117/22. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração.

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Moeda funcional

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As informações trimestrais estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços. As receitas e despesas são convertidas às taxas de câmbio nas datas das transações.

2.3. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, foram elaboradas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na Nota 3. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminadas as contas correntes, as receitas, custos e despesas entre as companhias consolidadas e os resultados não realizados, bem como os investimentos, sendo destacada a participação de não controladores.

3. Principais práticas adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, as premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas e também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas--Continuação

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras na data-base das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos são descritas a seguir:

(a) Provisão para perdas de estoques

A provisão para perdas de estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos em sua planta industrial.

(b) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

Essa provisão é fundamentada em análise de histórico de perdas ou conhecimento de dificuldade financeira do cliente, monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber.

(c) Provisões para riscos judiciais

A Companhia e suas controladas estão sujeitas, no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia e suas controladas, poderão afetar adversamente as probabilidades e consequentemente as estimativas realizadas.

A Companhia e suas controladas são periodicamente fiscalizadas por diferentes autoridades, principalmente, fiscais, trabalhistas e previdenciárias. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

A Companhia registrou provisões, baseada na opinião dos assessores jurídicos, as quais envolvem considerável julgamento para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, como resultado de acontecimentos do passado, para provável saída de recursos envolvendo benefícios econômicos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

3.2. Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo.

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

(a) Ativos financeiros -- Continuação

Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual
 resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo
 modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

(b) Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta corrente, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo da Companhia, e não para investimentos com outros propósitos. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, quando aplicável, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Aplicações financeiras restritivas ou com vencimento superior a 90 dias são classificadas como títulos e valores mobiliários. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não possuía aplicações financeiras com liquidez imediata, restritivas ou com vencimentos superiores a 90 dias.

3.4. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pelas vendas de produtos e serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas--Continuação

3.4. Contas a receber--Continuação

justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, se necessária.

A perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é fundamentada em análise dos créditos pela Administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber como descrito na Nota 3.1 (b).

3.5. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques "custo médio ponderado". As provisões para perda de estoque, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando consideradas necessárias pela Administração como descrito na Nota 3.1 (a).

3.6. Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são men<mark>surados</mark> pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

(b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os gastos com manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas--Continuação

3.7. Intangível

Representado por gastos relacionados com a aquisição e implantação de sistemas de informação, licenças para utilização de *softwares* e direito de uso de imóveis, sendo registrados ao custo de aquisição e/ou formação e obrigações contratuais a pagar, sendo amortizados de acordo com o seu prazo de vida útil estimado ou liquidação da obrigação.

3.8. Arrendamento mercantil

Em atendimento ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 os contratos de aluguel passaram a ser reconhecidos como contratos de arrendamento de longo prazo, como Ativos e Passivos de arrendamento. O aluguel correspondente aos contratos de curto prazo continua sendo reconhecido, por competência, como despesa de ocupação.

A mensuração do custo do ativo de direito de uso de imóveis corresponde ao valor líquido do passivo de arrendamento, calculado sobre o aluguel previsto nos contratos, descontado a valor presente pelas taxas projetadas e prazos previstos nesses contratos de arrendamento, sendo este o período não cancelável e coberto por opção de prorrogar o arrendamento, se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer esta opção. A depreciação mensal do ativo de direito de uso de imóveis é calculada, linearmente, pelo prazo de vigência previsto no contrato, independente de cláusula renovatória.

3.9. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido até o período de 12 (doze) meses subsequentes (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longos). Caso contrário, e quando aplicável essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante.

3.10. Obrigações tributárias

São obrigações a pagar repre<mark>sentadas por: (i) I</mark>mpostos federais, estaduais e municipais, apurados sobre a atividade operacional (corrente e do passado) da Companhia; e (ii) Parcelamentos tributários em geral. O saldo encontra-se segregado nas demonstrações financeiras, entre passivo circulante e não circulante, mediante a expectativa de pagamento, de acordo com os respectivos vencimentos.

3.11. Adiantamento de clientes

Referem-se a valores recebidos antecipadamente de clientes, decorrentes de vendas de produtos, para entrega futura.

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas--Continuação

3.12. Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

3.13. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.14. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas administrativas e judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável;
- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. Quando as estimativas de perdas avaliadas como possíveis, são divulgadas nas demonstrações financeiras.

A provisão para demandas administrativas e judiciais, especificamente, está relacionada às questões trabalhistas, fiscais e cíveis e está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pelos assessores jurídicos e Administração da Companhia, inclusive, quanto à sua classificação no não circulante.

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas--Continuação

3.15. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, no mínimo, anualmente, o valor contábil líquido de seus principais ativos, em especial, o imobilizado, os investimentos e o intangível, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente.

Não foram registradas pe<mark>rdas de</mark>correntes de redução de valor recuperáv<mark>el dos at</mark>ivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, bem como das eliminações das vendas entre as empresas controladas no consolidado.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando seu valor puder ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros ocorrerão para as Companhias e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

3.17. Resultado básico e resultado diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o resultado básico é igual ao resultado diluído, conforme mencionado na Nota 23.

3.18. Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

É composto por:

	Contro	Controladora			
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Caixa e bancos	1.010	13	1.011	13	
Total	1.010	13	1.011	13	

5. Contas a receber

É composto por:

		Contro	Controladora		lidado
Descrição		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes rela	cionadas - Nota 8.2	16.601	336.558	12.441	336.087
Contas a receber		523.819	1.185 <mark>.114</mark>	527.307	1.185.114
Total		540.420	1.521.672	539.748	1.521.201

5.1. Composição por idade de vencimento

			Contro	ladora	Consolidado		
Descrição			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
À vencer			433 .448	796.1 <mark>72</mark>	432.776	795.701	
Vencidos até 30 dias			106.972	254 <mark>.732</mark>	106.972	254.732	
Vencidos de 31 a 60 dias			-	245.220	-	245.220	
Vencidos acima de 61 dias	3		-	225.548	-	225.548	
Total			540.420	1.521.672	539.748	1.521.201	

6. Estoques

É composto por:

	Contro	Consolidado			
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Matéria-prima	499.036	54.468	499.036	54.468	
Estoque próprio em poder de terceiros (i)	-	3.940	693	4.389	
Produtos acabados	21.739	8.486	21.741	9.298	
Total	520.775	66.894	521.470	68.155	

⁽i) Referem-se aos estoques de matérias-primas e/ou produtos acabados armazenados em depósitos de terceiros.

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Adiantamento a fornecedores

É composto por:

	Contro	Consolidado			
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Matéria-prima em geral	1.831.323	1.768.418	1.831.323	1.768.418	
Outros serviços e produtos	5.751	11.516	5.976	11.565	
Total	1.837.074	1.779.934	1.837.299	1.779.983	

8. Partes relacionadas

É composto por:

8.1. Ativo

	Contro	ladora	Consolidado		
Descrição	31/12/2022	31/1 <mark>2/2021</mark>	31/12/2022	31/12/2021	
Yield Financial Services S.A. (i) Manguinhos Distribuidora S.A. (ii) Manguinhos Química S.A. (ii) Outros	1.609.914 8.117 120 103	432.655 8.313 123	1.617.233 - - 216	441.588 - - -	
Total	1.618.254	441.091	1.617.449	441.588	
Circulante Não circulante	1.610.017 8.237	432.655 8.436	1.617.449	441.588 -	

- (i) Refere-se à administração do fluxo de caixa das operações (contas a pagar e a receber) e gerenciamento de recursos da Companhia e de suas controladas.
- (ii) Referem-se às operações de contas a receber da Controladora com suas controladas, as quais foram incluídas no Plano de Recuperação Judicial, aprovado em 16 de dezembro de 2016 e homologado pelo Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca e Estado do Rio de Janeiro em 7 de julho de 2017, conforme Nota 1.1.

8.2. Atividade operacional

Descrição	Natureza	31/12/2022	31/12/2021	
76 Oil Distribuidora de Comb. Ltda.	Contas a receber	12.441	336.087	
Axa Oil Petróleo S.A.	Adto. a fornecedor	-	1.508.444	
Logfit Logística e Serviços S.A.	Fornecedores	2.243	1.127	
Yield Financial Services S.A.	Fornecedores	752	179	

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Partes relacionadas--Continuação

8.2. Atividade operacional--Continuação

		Consolidado			
Descrição	Natureza	31/12/2022	31/12/2021		
Fera Lubrificantes Ltda.	Receitas (i)	-	1.321		
76 Oil Distribuidora de Comb. Ltda.	Receitas (i)	2.502.969	1.978.920		
Axa Oil Petróleo S.A.	Receitas (ii)	-	5.679		
Magro Advogados Associados	Despesas	(47.369)	(48.469)		
Logfit Logística e Serviços S.A.	Despesas	(25.815)	(9.252)		
Yield Financial Services S.A.	Despesas	(7.554)	(2.962)		

⁽i) Refere-se a receitas de vendas de produtos e serviços prestados de armazenagem.

9. Provisão para passivo a descoberto de investidas (Investimentos)

É composto por:

	Controladora				
Descrição	31/12/2022	31/12/2021			
Manguinhos Distr <mark>ibuidora</mark> S.A Em Recu <mark>peração J</mark> udicial Manguinhos Qu <mark>ímica S.</mark> A Em Recupera <mark>ção Judic</mark> ial Gasdiesel Distrib <mark>uidora d</mark> e Petróleo Ltda. <mark>- Em Rec</mark> upera <mark>ção Judicial</mark>	98.920 13.886 99	103.631 14.788 99			
Total	112.905	118.518			

9.1. Movimentação da provisão para passivo a descoberto de investidas (Investimentos)

		31/12	/2022	
Descrição	. 3		Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda.	Total
Saldos em 31/12/2021	103.631	14.788	99	118.518
Equivalência patrimonial	10.109	1.545	7	11.660
Outras movimentações (i)	(14.820)	(2.447)	(7)	(17.273)
Saldos em 31/12/2022	98.920	13.886	99	112.905

⁽i) Refere-se à amortização de saldos entre operações mantidas pela Companhia junto as suas controladas.

⁽ii) Refere-se a receitas somente de serviços prestados de industrialização e armazenagem.

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Provisão para passivo a descoberto de investidas (Investimentos)--Continuação

9.2. Informações contábeis das investidas

	31/12/2022						
Descrição	Manguinhos Distribuidora S.A.	Manguinhos Química S.A.	Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda.				
Participação direta no capital	99,04%	100%	1,00%				
Participação indireta no capital	-	-	99,00%				
Ativo	16.840	7.124	292				
Passivo	116.863	21.010	10.089				
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(99.879)	(13.886)	(9.897)				
Prejuízo do exercício	(10.207)	(1.545)	(657)				



(Em recuperação judicial)



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Imobilizado

É composto por:

Controladora

	Vida útil		31/12/2022		31/12/2021			Movimentação líquida - 31/12		
Descrição	(anos)	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	95.180	-	95.180	95.180	-	95.180	-	-	-
Edifícios e construções	10 a 30	27.091	(27.091)		27.091	(27.063)	28	-	(28)	(28)
Instalações	10 a 30	161.686	(130.008)	31.678	143.600	(129.954)	13.646	18.086	(54)	18.032
Máquinas e equipamentos	6 a 8	34.331	(22.300)	12.031	28.642	(20.991)	7.651	5.689	(1.309)	4.380
Equip. de armazenagem e transfer.	6 a 8	64.969	(25.714)	39.255	51.090	(25.714)	25.376	13.879	-	13.879
Móveis e utensílios	2 a 6	7.203	(6.352)	851	6.959	(6.235)	724	244	(117)	127
Veículos	5	1.155	(746)	409	688	(621)	67	467	(125)	342
Computadores e periféricos	1 a 3	20.061	(6.027)	14.034	12.106	(5.194)	6.912	7.955	(833)	7.122
Benfeitoria em bens próprios	10 a 30	49.129	(13.134)	35.995	49.041	(11.973)	37.068	88	(1.161)	(1.073)
Imobilizado em andamento	-	90.200	-	90.200	60.987	-	60.987	29.213	-	29.213
Total		551.005	(231.372)	319.633	475.384	(227.745)	247.639	75.621	(3.627)	71.994

Consolidado

	Vida útil		31/12/2022		31/12/2021			Movimentação líquida - 31/12/2022		
Descrição	(anos)	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	103.034	-	103.034	103.034	-	103.034	-	-	-
Edifícios e construções	10 a 30	32.500	(32.153)	347	32.500	(32.064)	436	-	(89)	(89)
Instalações	10 a 30	164.887	(132.552)	32.335	146.801	(132.436)	14.365	18.086	(116)	17.970
Máquinas e equipamentos	6 a 8	40.126	(27.333)	12.793	34.387	(25.903)	8.484	5.739	(1.430)	4.309
Equip. de armazenagem e transfer.	6 a 8	65.694	(26.292)	39.402	51.815	(26.266)	25.549	13.879	(26)	13.853
Móveis e utensílios	2 a 6	7.847	(6.941)	906	7.578	(6.820)	758	269	(121)	148
Veículos	5	1.284	(875)	409	817	(750)	67	467	(125)	342
Computadores e periféricos	1 a 3	20.518	(6.446)	14.072	12.530	(5.599)	6.931	7.988	(847)	7.141
Benfeitoria em bens próprios	10 a 30	50.264	(14.268)	35.996	50.176	(13.128)	37.048	88	(1.140)	(1.052)
Imobilizado em andamento	-	90.818	-	90.818	61.359	-	61.359	29.459	-	29.459
Total		576.972	(246.860)	330.112	500.997	(242.966)	258.031	75.975	(3.894)	72.081

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), os itens do ativo imobilizado, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

11. Fornecedores

É composto por:

	Contro	Controladora		lidado
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - Recuperação Judicial (Nota 1.1) Fornecedores de mercadorias Fornecedores de uso e consumo e outros Total	1.624	2.067	20.959	21.756
	243.429	24.955	243.429	24.955
	19.130	13.205	19.333	13.450
	264.183	40.227	283.721	60.161
Circulante	262.802	38.38 <mark>5</mark>	264.914	40.399
Não circulante (Nota 11.1)	1.381	1.842	18.807	19.762

11.1. Compos<mark>ição da</mark> parcela não circulante (por ano de vencimento)

		Contro	oladora	Consolidado		
Descrição		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
2023		-	562	-	2.331	
2024		243	225	2.151	1.994	
2025		243	1.055	2.151	15.437	
2026 em diante		895	<u>-</u>	14.505	-	
		1.381	1.842	18.807	19.762	

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Obrigações tributárias

São compostas por:

	Contro	ladora	Consolidado	
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Estadual				
ICMS a recolher	8.286.211	6.642.905	8.286.582	6.643.273
ICMS parcelamento (a)	77.467	106.968	88.302	123.455
	8.363.678	6.749.873	8.374.884	6.766.728
Federal				
PIS e COFINS a recolher	-	-	-	10
IRPJ e CSLL a recolher	21.061	15.796	21.061	15.796
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.878	1.555	1.929	1.600
Parcelamento PERT (b)	12.845	33.700	12.845	33.700
Parcelamento Federal Especial (c)	198.743	213.884	198.788	213.979
Parcelamento de PIS e COFINS (d)	45.565	52.200	45.565	52.200
Parcelamento Especial PGFN (e)	264.414	241.686	264.414	241.686
Impostos diferidos (f)	9.681	14.946	9.681	14.946
Outras obrigações	215	391	253	440
	554.402	574.158	554.536	574.357
Municipal				
IPTU a recolher	-	-	1.335	1.389
ISS a recolher			10	12
	-	-	1.345	1.401
Total	8. <mark>918.080</mark>	7.324.031	8.9 <mark>3</mark> 0.765	7.342.486
Circulante	8.636.094	6.993.647	8.645.895	7.002.861
Não circulante (Nota 12.1)	281.986	330.384	284.870	339.625

A Companhia e suas controladas vem utilizando precatórios para compensação das obrigações fiscais estaduais. A Administração da Companhia no intuito de preservar o patrimônio e os interesses dos acionistas diante de uma eventual execução fiscal (1), passou a controlar em contas contábeis os direitos e obrigações já utilizados até sua homologação por parte das autoridades fiscais.

[&]quot;(1) Eventual execu<mark>ção fisca</mark>l será garantida e satisfeita com os precatórios, possibilidade está reconhecida pelos Tribunais, conforme se verifica através da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o qual reconhece que o precatório vencido e não pago pelo Estado exequente equivale a dinheiro (Resp. 365.095/ES, Resp. 546247/DF e Embargos de divergência em Recurso Especial nº 852.425/RS)."

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12.Obrigações tributárias--Continuação

(a) Parcelamentos ICMS

Parcelamentos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) celebrados, no qual, a Companhia está em situação adimplente, de acordo com os prazos e parcelas estabelecidas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas Controladas possuem 16 (dezesseis) parcelamentos em vigor com parcelas a pagar entre 12 (doze) a 169 (cento e sessenta e nove), de acordo com cada parcelamento específico.

(b) PERT (Programa Especial de Regularização Tributária)

Em 18 de agosto de 2017, a Companhia e sua controlada Manguinhos Distribuidora S.A. - em recuperação judicial, realizaram adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária instituída pela Medida Provisória n.º 783 de 2017 e convertida na Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, de débitos de natureza tributária e não tributária, no âmbito Federal, vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício. A consolidação e quitação do parcelamento previdenciário e dos demais débitos da Receita Federal, ocorreram durante o exercício de 2018, com pagamento à vista, mediante a utilização de prejuízos fiscais e base negativa e por meio de recursos financeiros. O saldo remanescente, refere-se a débitos da PGFN, os quais estão sendo pagos em 120 (cento e vinte) parcelas mensais. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 55 (cinquenta e cinco) parcelas a pagar.

(c) Parcelamento Federal Especial

A Companhia protocolou no 2º trimestre de 2019 o pedido de adesão ao Parcelamento Federal Especial das empresas em recuperação judicial, instituído pela Lei nº 10.522/2002, para os débitos dos impostos federais (PIS, COFINS, CIDE, entre outros), consolidado em 2022. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 65 (sessenta e cinco) parcelas a pagar.

(d) Parcelamento de PIS e COFINS

A Companhia protocolou pedido de Parcelamento Ordinário em 10 de dezembro de 2020, para pagamento em 60 (sessenta) parcelas dos débitos de PIS e COFINS junto à Secretaria da Receita Federal (RFB), das competências de setembro e outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 37 (trinta e sete) parcelas a pagar.

(e) Parcelamento Especial PGFN

A Companhia prot<mark>ocolou pedido de Parcelamento Especial em 24 de junh</mark>o de 2021, para pagamento em 120 (cento e vinte) parcelas dos débitos de PIS, COFINS e CIDE junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Cabe ressaltar que o montante parcelado estava provisionado como perdas prováveis na rubrica "Provisões para demandas administrativas e judiciais - Tributário" Nota 13.1 e desta forma, foi reclassificada para a rubrica "Obrigações tributárias - Parcelamento Especial PGFN" na data do protocolo do referido parcelamento. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 101 (cento e uma) parcelas a pagar.

(f) Impostos diferidos

Refere-se ao imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) apurado pela Companhia no custo atribuído (valorização) dos bens do ativo imobilizado registrado em exercícios anteriores, cuja realização está relacionada com apuração da depreciação dos respectivos ativos.

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Obrigações tributárias -- Continuação

12.1. Composição da parcela não circulante (por ano de vencimento)

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	92.079	-	99.480
2024	60.761	71.590	61.898	72.579
2025	59.453	166.715	59.738	167.566
2026 em diante	161.772	-	163.234	-
	281.986	330.384	284.870	339.625

13. Provisões para demandas administrativas e judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão contábil para as respectivas demandas judiciais.

13.1. Perdas prováveis

A Companhia e suas controladas p<mark>ossuem</mark> registradas as s<mark>eguintes</mark> provisões pa<mark>ra fazer</mark> face às eventuais demandas judiciais, classificadas pelos assessores jurídicos como perda provável:

					Controladora			Consolidado		
Descrição					31/12/2022	31/12/2	021	31/1	2/2022	31/12/2021
							\mathcal{I}			
Tributário					185.957	185	.957		267.761	268.618
Trabalhista					2.447	2	.611		5.746	5.910
Cíveis e outros					19.240	17	.599		27.503	25.862
Total processos	s - perc	<mark>las p</mark> rová	veis		207.644	206	.167	;	301.010	300.390

13.2. Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas também possuem outras demandas judiciais que foram classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, portanto, não foram registradas provisões nas respectivas informações trimestrais, individuais e consolidadas. Essas demandas judiciais somam aproximadamente:

	Contro	Consolidado		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributário	5.767.517	5.276.446	6.138.250	5.828.462
Trabalhista	1.385	3.158	1.385	3.158
Cíveis e outros	8.441	16.030	9.151	17.726
Total processos - perdas possíveis	5.777.343	5.295.634	6.148.786	5.849.346

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Provisões para demandas administrativas e judiciais--Continuação

13.3. Depósitos judiciais

Quando requeridos legalmente, são efetuados depósitos judiciais, os quais totalizam:

	Controladora			lidado
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais	14.267 14.267	8.030	14.538	8.302
Total	14.267	8.030	14.538	8.302

14. Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente:

14.1. Conciliação das provisões de impostos de renda e contribuição social

	Controladora		Conso	lidado
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado ante <mark>s do IRP</mark> J e CSLL	(935.854)	(361.756)	(935.952)	(361.848)
(-) Multa sobr <mark>e parcela</mark> mento	16.153	64.716	16.153	64.716
(-) Equivalênci <mark>a patrimo</mark> nial	11.660	11.082	_	-
(+/-) Outras adiç <mark>ões e ex</mark> clusões, líquidas	333	231	402	238
Base do Lucro Real	(907.708)	(285.727)	(919.397)	(296.894)
Imposto de renda <mark>e contrib</mark> uição soci <mark>al</mark>				

14.2. Créditos fiscais acumulados

As movimentações dos saldos de prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição, individual e consolidado respectivamente ocorridas ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão apresentadas nos quadros abaixo:

Descrição	Prejuízos fiscais					
	Contro	ladora	Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Saldo inicial	(1.478.677)	(1.457.865)	(1.552.421)	(1.520.442)		
(-) Prejuízo fiscal - parcelamento especial RFB (i)	-	264.915	-	264.915		
(+) Prejuízo fiscal do exercício	(907.708)	(285.727)	(919.397)	(296.894)		
Saldo final	(2.386.385)	(1.478.677)	(2.471.818)	(1.552.421)		

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)--Continuação

14.2. Créditos fiscais acumulados--Continuação

	Controlador			olidado	
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Saldo inicial	502.750	495.674	527.823	516.950	
(-) Crédito utilizado - parcelamento especial RFB (i)	-	(90.071)	-	(90.071)	
(+) Crédito prejuízo do exercício	308.645	97.147	312.594	100.944	
Saldo final	811.395	502.750	840.417	527.823	

⁽i) A companhia formalizou requerimento de parcelamento especial para empresas em recuperação judicial de débitos de tributos federais perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), utilizando-se desta forma de créditos decorrentes de prejuízo fiscal conforme Lei 10.522/02, Artigo 10-A, inciso VI, conforme Nota 19 (i).

Não foram registrados nestas demonstrações financeiras os créditos de imposto de renda e da contribuição social, devido ao não atendimento de todas as orientações técnicas previstas no pronunciamento contábil CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

15. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

15.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia apresenta capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 208.714, representado por 67.691.629 (sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e um mil, seiscentos e vinte e nove) ações ordinárias sem valor nominal.

15.2. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o montante de R\$ 19.752 é composto por: i) R\$ 14.821 referente à Incentivos fiscais; ii) R\$ 4.925 referente à Reserva especial (lei nº 8.200/91); e iii) R\$ 6 referente a Doações.

15.3. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 18.604 (R\$ 28.825 em 31 de dezembro de 2021) é representado pelo custo atribuído (valorização) dos bens do ativo imobilizado, líquido dos impostos, registrado em exercícios anteriores, cuja realização está relacionada com apuração da depreciação dos respectivos ativos.

15.4. Ações em tesouraria

Em 14 de abril de 2003, foi aprovada em reunião realizada pelo Conselho de Administração, à aquisição pela Companhia de ações próprias no montante de R\$ 224, representado por 7.349 (sete mil, trezentos e quarenta e nove) ações ordinárias sem valor nominal.

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Receita operacional líquida

É composta por:

	Contro	ladora	Consolidado	
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de vendas e serviços				
Gasolina	4.390.469	4.278.877	4.398.638	4.281.604
Diesel S10	2.242.791	269.238	2.243.204	269.238
Diesel Marítimo	44.562	39.668	44.541	39.668
Diesel S500	55.691	-	55.691	
Álcool Hidratado	-	-	2.327	3.869
Outros	_	434	-	434
Serviços de industrialização/armazenagem	27.641	20.961	27.641	20.961
	6.761.154	4.609.178	6.772.042	4.615.774
Deduções				
(-) Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(2.152.024)	(2.402.787)	(1.790.433)	(2.404.330)
(-) Descontos, abatimentos e d <mark>evoluções de vendas</mark>	` <u>-</u>	(285)	· -	(285)
	(2.152.024)	(2.403.072)	(1.790.433)	(2.404.615)
Receita operacional líqui <mark>da</mark>	4.609.130	2.206.106	4.981.609	2.211.159

17. Custos e despesas por natureza

São compostos por:

	Contro	Controladora		lidado
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Combustíveis	(5.176.597)	(2.230.549)	(5.542.474)	(2.235.247)
Serviços prestado <mark>s pessoa</mark> jurídica (Not <mark>a 17.1)</mark>	(138.965)	(125.900)	(<mark>14</mark> 9.113)	(131.596)
Recursos humanos	(86.605)	(69.42 <mark>2)</mark>	(90.290)	(72.414)
Multa sobre parcelam <mark>ento (i)</mark>	(16.153)	(64. <mark>716)</mark>	(16.153)	(64.716)
Fretes e carretos	(26.041)	(11.047)	(27.284)	(11.308)
Propaganda e publicidad <mark>e</mark>	(31.949)	(18.431)	(31.949)	(18.431)
Outras despesas com imp <mark>ortação</mark>	(6.120)	(8.295)	(6.120)	(8.295)
Consumo de utilidades	(7.113)	(5.293)	(7.359)	(5.528)
Materiais de consumo	(6.007)	(4.435)	(6.581)	(4.787)
Impostos e taxas	(9.522)	(5.021)	(10.060)	(5.434)
Depreciação e amortização	(4.459)	(3.716)	(4.727)	(3.905)
Outros custos	(26.694)	(10.152)	(26.694)	(10.152)
Outras despesas	(32.423)	(19.743)	(33.047)	(20.206)
Total	(5.568.648)	(2.576.720)	(5.951.851)	(2.592.019)
Composição por natureza				
Custos dos produtos e serviços vendidos	(5.245.897)	(2.267.840)	(5.613.308)	(2.272.538)
Gerais e administrativas	(322.751)	(308.880)	(338.543)	(319.481)
Total por natureza	(5.568.648)	(2.576.720)	(5.951.851)	(2.592.019)

⁽i) Refere-se a multa sobre o Parcelamento Especial de débitos de PIS, COFINS e CIDE junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme Nota 12 (e).

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Custos e Despesas por Natureza—Continuação

17.1. Serviços Prestados por Pessoa Jurídica

	Contro	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Honorários advocatícios	(65.656)	(81.060)	(71.213)	(85.860)	
Serviços de armazenagem	(24.301)	(15.382)	(25.835)	(15.382)	
Serviços de consultoria, informática e auditoria	(24.281)	(11.377)	(24.592)	(11.576)	
Serviços de manutenção e consertos	(9.678)	(9.683)	(9.858)	(9.868)	
Serviços técnicos	(7.543)	(7.088)	(7.818)	(7.473)	
Outros	(7.506)	(1.310)	(9.797)	(1.437)	
Total	(138.965)	(125.900)	(149.113)	(131.596)	

18. Remuneração da Administração

De acordo com as leis das Sociedades por ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar a remuneração anual dos administradores. Em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2022, foi fixado o limite de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a remuneração total (salários, benefícios, contribuições para seguridade social e verbas de representação dos Administradores) foi de R\$ 1.468 e R\$ 1.319 respectivamente (R\$ 1.775 e R\$ 1.620 no consolidado), remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondente Assembleia de Acionistas ocorrida em 22 de abril de 2022.

19. Outras rec<mark>eitas</mark> e despes<mark>as operacionais, líquidas</mark>

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2022	31/12/2 <mark>021</mark>	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas operacionais				
Créditos decorrentes de pr <mark>ejuízo fis</mark> cal (i)	-	90.071	-	90.071
Outras receitas	3.553	543	6.435	3.456
Total outras receitas operaci <mark>onais</mark>	3.553	90.614	6.435	93.527
Outras despesas operacionais				
Outras despesas	(19)	-	(20)	(3)
Total outras despesas operacionais	(19)		(20)	(3)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	3.534	90.614	6.415	93.524

⁽i) A Companhia formalizou requerimento de parcelamento especial para empresas em recuperação judicial de débitos de tributos federais perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), utilizando-se desta forma de créditos decorrentes de prejuízo fiscal conforme Lei 10.522/02, Artigo 10-A, Inciso VI. Cabe mencionar que até 30 de setembro de 2022 o processo para diferimento de tal parcelamento encontra-se em tramitação junto à Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes (DEMAC-RJ).

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Resultado financeiro, líquido

Controladora		Consolidado		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	104.176	-	104.176	-
Juros ativos sobre mútuos	-	1.913	-	-
Descontos recebidos	17	64	25	64
Total receitas financeiras	104.193	1.977	104.201	64
Despesas financeiras				
Juros passivos (ii)	(70.675)	(71.244)	(74.034)	(72.676)
Despesas bancárias	(181)	(61)	(199)	(73)
Descontos concedidos	· ,	. ,	(235)	(177)
Outras despesas financeiras	(79)	(27)	(83)	(30)
Total despesas financeiras	(70.935)	(71.332)	(74.551)	(72.956)
Resultado financeiro, líquido	33.258	(69.355)	29.650	(72.892)

⁽i) Representado pelos rendimentos oriundos dos recursos da Companhia gerenciados pelas empresas Yield Financial Services S.A., conforme Nota 8.1;

21. Gestão de riscos

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta são os seguintes:

Gestão de Capital

A Compan<mark>hia administra seu capital</mark> para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno de suas operações, por meio da otimização da utilização de instrumentos de dívida e patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido e passivo a descoberto da Companhia (Nota 15).

O índice de endividamento são os seguintes:

	Controladora			
Descrição	31/12/2022	31/12/2021		
Dívida (i) Caixa e equivalentes de caixa	(9.522.953) 1.010	(7.737.555) 13		
Contas a receber	540.420	1.521.672		
Dívida líquida	(8.981.523)	(6.215.870)		
Passivo a descoberto (Patrimônio líquido)	(4.490.008)	(3.554.154)		
Endividamento líquido	(13.471.531)	(9.770.024)		

(i) A dívida é definida pelo somatório do passivo circulante e o passivo não circulante.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Administração da Companhia monitora eventuais problemas de não realização relevantes e em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não estimou perdas em créditos de liquidação duvidosa conforme mencionado na Nota 5.

⁽ii) Representado pela atualização dos parcelamentos realizados pela Companhia e suas controladas.

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Gestão de riscos--Continuação

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações. A Companhia elabora uma análise dos fluxos de caixa projetados e periodicamente revisa as obrigações assumidas.

		Controladora		
Descrição	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
31 de dezembro de 2022				
Caixa e equivalentes de caixa	1.010	-	-	1.010
Contas a receber - A vencer	214.719	111.376	107.353	433.448
Fornecedores	(185.427)	(73.833)	(3.542)	(262.802)
	30.302	37.543	103.811	171.656
31 de dezembro de 2021				
Caixa e equivalentes de caixa	13	-	_	13
Contas a receber - A vencer	307.925	127.571	360.676	796.172
Fornecedores	(36.089)	(1.496)	(800)	(38.385)
	271.849	126.075	359.876	757.800

Outros tipos de instrumentos financeiros

A Comp<mark>anhia n</mark>ão mantém i<mark>nstrume</mark>ntos financeiros <mark>não reg</mark>istrados contabilmente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

22. Informações por segmento

A Administração da Companhia baseia os seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias informações trimestrais, individuais e consolidadas, na mesma base que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como "Comercialização de combustíveis para distribuidoras".

23. Resultado por ação

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por ação, aprovado pela Deliberação CVM nº636/10, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

<u>Básico</u>: o cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis no período:

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Resultado por ação--Continuação

	Controla	Controladora		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021		
Prejuízo do exercício - em milhares de reais	(935.854)	(361.756)		
Quantidade de ações (mil) em circularização	67.692	67.692		
Prejuízo básico por lote de mil ações (em reais)	(13,83)	(5,34)		

<u>Diluído</u>: o resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos. As ações ordinárias potenciais diluídos se tratam de opções de compra de ações onde é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente é somada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o período das opções de compra das ações:

	Control	Controladora	
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	
Prejuízo do exerc <mark>ício - em</mark> milhares de reais	(935.854)	(361.756)	
Quantidade de <mark>ações (m</mark> il) em circularização	67.692	67.692	
Prejuízo diluí <mark>do por lo</mark> te de mil aç <mark>ões (em r</mark> eais)	(13,83)	(5,34)	

24. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil, transporte internacional e seguro patrimonial e estoque, conforme demonstrado abaixo:

- Responsabilidade civil: cobertura por danos materiais e corporais causados involuntariamente a terceiros decorrentes da operação - R\$ 50.000;
- Risco patrimonial: incêndio, raio e explosão R\$ 100.000;
- Transporte internacional: dano material aos produtos US\$ 50.000.

As premissas de riscos ad<mark>otadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua</mark> natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras, desta forma, não foram auditadas por nossos auditores independentes.

25. Compromisso ambiental (licença de operação)

Em 12 de agosto de 2011, a "Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA", no uso de suas atribuições concedeu licença de operação e recuperação, que teve sua validade prorrogada automaticamente, na forma do art. 28 do Decreto Estadual 44.280/2014, para realizar as atividades de tratamento de Nafta, fabricação de gasolina, solventes especiais, GLP, querosene, diesel, óleo combustível, oriundos da condensação de petróleo e nafta, e para recuperação ambiental da área impactada com passivo decorrente da contaminação do solo e águas subterrâneas.

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Compromisso ambiental (licença de operação)--Continuação

O Instituto Estadual do Ambiente (INEA), no uso das atribuições concedeu a licença de operação para a atividade do oleoduto (trecho terrestre e trecho marítimo, considerando a interligação até o parque industrial da Companhia) destinado a transferência de álcool, petróleo, nafta, condensados, aromáticos, óleo diesel e outros derivados.

26. Certificação ISO 9001:2015

A Companhia, através de auditoria realizada pela Bureau Veritas Certification - Brasil em seu Sistema de Gestão de Qualidade, obteve a certificação de acordo com os requisitos da NBR ISO 9001:2015, abrangendo o seguinte escopo: "Refino, Processamento, Armazenamento, Movimentação e Comercialização de Derivados de Petróleo, Combustíveis e Biocombustíveis".

27. Avaliação dos imp<mark>actos pela Administração em dec</mark>orrência da operação militar realizada p<mark>ela Rú</mark>ssia

Em 24 de fevereiro de 2022 a Rússia iniciou a maior operação militar na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Especialistas mundiais, temem que essa ação possa inaugurar uma nova era de incertezas, perturbar as cadeias de abastecimento e a economia global e forçar uma mudança na influência geopolítica. As operações da Companhia foram impactadas pelas sucessivas altas do preço do barril de petróleo no mercado externo, influenciando desta forma diretamente no aumento substantivo dos custos das matérias-primas utilizadas na produção de Gasolina e Diesel. A Administração não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas.

28.Evento subsequente

Em 17 de março de 2023 foi aprovado pelos acionistas presentes: (a) remuneração global e anual da Administração e membros do Conselho de Administração da Companhia para o exercício social de 2023; (b) fixação em 06 (seis) o número de membros efetivos do Conselho de Administração; (c) reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração; eleição de novos membros, sendo 2 (dois) destes como membros independentes e eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração pelo período de 03 (três) anos; (d) expansão do prazo de gestão dos membros da diretoria e conselho de administração e (e) reformar e consolidar o Estatuto Social para refletir as deliberações aprovadas.

* * *



DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, VI, DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80/22

Servimo-nos da presente para, em atenção ao disposto no Art.27, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declarar que, na qualidade de diretores da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A., revisamos, discutimos e concordamos com as informações contidas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2023.

JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO

Diretor-Presidente

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DE MENEZES

Diretor de Relações com Investidores



DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, V, DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80/22

Servimo-nos da presente para, em atenção ao disposto no Art.27, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declarar que, na qualidade de diretores da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A., revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes (Inforcont Auditores Independentes) relativo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A Controladora e Consolidado, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2023.

JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO

Diretor-Presidente

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DE MENEZES

Diretor de Relações com Investidores